



# XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:  
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

## XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

### GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

#### LEITURA E APROPRIAÇÃO NA PERSPECTIVA DE ROGER CHARTIER

#### *READING AND APPROPRIATION FROM THE PERSPECTIVE OF ROGER CHARTIER*

**Ismael Lopes Mendonça** – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**Lígia Maria Moreira Dumont** – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**Andréa Pereira dos Santos** – Universidade Federal de Goiás (UFG)

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** De natureza teórica e preliminar, objetiva refletir sobre o pensamento de Roger Chartier, historiador e pesquisador da cultura escrita, a partir da seleção bibliográfica de algumas de suas obras e textos que versam sobre os seguintes temas: práticas de leitura, materialidade e apropriação da informação. Essas temáticas são desenvolvidas por Chartier a partir de uma perspectiva histórica, social e cultural de longa duração, cujo viés crítico permite localizá-las e interpretá-las como processos socialmente interagentes entre si e com os seus entornos, estando também marcados pelas relações desiguais de poder e de significação cultural. Diante disso, tanto as temáticas como a maneira metodológica como são tratadas por Chartier podem contribuir com as pesquisas do campo da Ciência da Informação e de suas subáreas, como a Biblioteconomia, principalmente no que diz respeito aos estudos de caráter contemporâneo, epistemologicamente centrados nos aspectos sociais e culturais da informação e não exclusivamente na dimensão técnica.

**Palavras-Chave:** Ciência da Informação – teorias; mediação cultural; paradigmas sociais; suportes de informação; usuários.

**Abstract:** This theoretical and preliminary article aims to reflect on the thought of Roger Chartier, historian and researcher of past and contemporary written culture, based on the bibliographical selection of some works and texts that deal with the following themes: reading practices, materiality and appropriation of information. These themes are developed by Chartier from a long-term historical, social and cultural perspective, whose critical bias allows them to be located and interpreted as socially interacting processes with each other and with their surroundings, being also marked by the unequal relations of power and cultural significance. Therefore, both the themes and the methodological way they are treated by Chartier can contribute to research in the field of Information Science and its sub-areas, such as Library Science, especially about studies of a contemporary character, epistemologically focused on cultural and social aspects of information and not exclusively in the technical dimension.

**Keywords:** cultural mediation; Information Science – theories; physical media; social paradigms; users.

## 1 INTRODUÇÃO: CHARTIER, PESQUISADOR PERSPICAZ

Nascido na cidade francesa de Lyon em 1945, Roger Chartier é historiador, professor e pesquisador da cultura escrita compreendida do final da Idade Média até a contemporaneidade. Seus estudos – materializados nas dezenas de obras suas publicadas e, algumas outras, organizadas, além das inúmeras conferências e entrevistas concedidas – têm sido largamente apropriados no campo da Biblioteconomia e no da Ciência da Informação brasileiros, principalmente no que concerne à história social do livro, da leitura e das bibliotecas, assim como aos insumos teórico-conceituais acerca das práticas de leitura, da mediação e da apropriação da informação.

Inconformado com os modelos que promovem anacronismos, distanciamentos e rupturas na historiografia tradicional, Chartier (2001) adota a *perspectiva de longa duração* nas suas pesquisas, contemplando os aspectos sociológicos, antropológicos e filosóficos nas investigações. Com isso, ele consegue examinar, de maneira mais detalhada e contextualizada, alguns fatos dados como resolvidos por estudiosos de outras vertentes, revisando temas como o das transformações vivenciadas pela cultura do escrito no decorrer dos séculos. Para o pensador, tais mudanças aconteceram e seguem acontecendo cercadas por múltiplas convivências e interações nada pacíficas entre diferentes cenários, sujeitos, técnicas, produtos e práticas, como as da autoria, da edição e da leitura, profundamente interdependentes.

É justamente a partir dessa análise histórica mais densa e metodologicamente aplicada, não desvinculada dos modos com que os sujeitos atuavam ou ainda atuam nos contextos examinados, que o método adotado serve de correção para “diagnósticos mais sombrios” (CHARTIER, 2001, p. 19). Pois, ao primar pela abordagem dialética e pelo respeito à dinamicidade com que os processos da escrita e da leitura historicamente acontecem e se inter cruzam, os vínculos sociais que essa cultura textual possui ficam enfatizados, bem como a maneira pela qual tal cultura se adapta em cada nova fase sem, necessariamente, excluir as demais – uma ação, muitas vezes, desenvolvida por crises e por negociações diversas.

Pode-se dizer que “solidários” a esse método, respeitadas as devidas particularidades de cada campo de atuação e de tempo histórico, são Benjamin (LÖWY, 2005), Ginzburg (2007), Darnton (1990) e Certeau (2014), autores com os quais Roger Chartier conversa em seus textos, além de outros, como Foucault (2014). Por exemplo, Benjamin (LÖWY, 2005) defendia uma história a ser reescrita a contrapelo, em que os fatos não deveriam permanecer obscurecidos pela narrativa clássica, que privilegia os acontecimentos e as biografias que lhe convém.

Segundo o filósofo, o solo histórico deveria ser remexido de maneira que os conflitos de classe, simbolicamente soterrados pelos cânones historiográficos, emergissem, e a História pudesse ser recontada a partir do dominado e não mais do dominante. Outra noção apropriada de Benjamin (2012) é a de *aura*, aplicada à experiência humana moderna com os objetos. Isso acontece, por exemplo, quando Chartier (1999) reflete sobre as maneiras de ler em diferentes épocas e as representações iconográficas criadas para elas, em consonância com os simbolismos de cada momento e tecnologia, além do próprio *status* social (ou *poder*) atribuído ao livro impresso, mudado ao longo do tempo.

Com relação a Ginzburg (2007), vê-se algumas semelhanças entre o *paradigma indiciário* e a proposta de Chartier (2001) em que, a partir da análise pormenorizada associada à intuição do pesquisador, os fatos se revelam impregnados de vestígios simbólicos que, apesar de discretos e marginais, são reveladores de realidades humanas complexas. Quanto à Darnton (1990), interpreta-se a equivalência pela prática da *história cultural* que ambos os estudiosos assumem, cada um ao seu modo, centrados na *historicidade viva* do livro como objeto heterogêneo, significativo e comunicacional, constituído materialmente e simbolicamente pelas relações sociais. Sobre Certeau (2014) e Foucault (2014), Chartier (1999, 2001, 2014) os cita ao compreender a cultura escrita e as suas ramificações como um território prenhe de disputas, em que há um peso consideravelmente dado às relações autorais, ordenadas por um discurso cuja autoridade está em constante confronto com as artimanhas das práticas leitoras comuns e cotidianas. Assim, o ato de ler, tal como o de escrever e o de editar, envolve uma intencionalidade própria, um exercício de imposição e, ao mesmo tempo, de subversão.

Vê-se como o enfoque dado por Chartier (2001) se mostra importante para os estudos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, no tocante à abordagem social ou sociológica dessas áreas. Pois, ao se opor ao modelo de cientificidade que converte os processos históricos e culturais em ocorrências pontuais e lineares, Chartier (2001) nos convida a observar a complexidade da cultura escrita (e o diálogo nem sempre consensual dessa com as práticas leitoras) no âmbito dos fazeres ordinários, seja os do passado, seja os da contemporaneidade. E se a leitura é algo basilar para a mediação e para a apropriação da informação, tal como preconizado nos referidos campos (Biblioteconomia e Ciência da Informação), mais um motivo para que façamos uma escuta mais atenta aos ensinamentos de *monsieur* Roger Chartier.

Para o pesquisador, os eventos que subsidiam a leitura e a escrita (e, por extensão, a informação) devem ser entendidos como processos, uma vez que "não se decretam nem se

suprimem as inovações técnicas" (CHARTIER, 2001, p. 157). Comportam-se, portanto, como *processos sociais de longa duração*, em que as práticas não se limitam ao imperialismo técnico ou tecnológico, com suas supostas rupturas, nem aos "discursos utópicos ou nostálgicos" (CHARTIER, 2001, p. 157) nele engendrados, mas se manifestam contínuas, abrangentes e interagentes. Trata-se, em certa medida, de uma oferta de liberdade, ainda que reprimida: houve, há e haverá práticas acontecendo juntas em um mesmo contexto, afetando-se mutuamente conforme sejam as apropriações de quem as protagonizam, não isoladas dos fatores políticos e das relações desiguais de poder que configuram tanto as apropriações, como as distinções e as exclusões. Assim, o que se evidencia são "os usos que podem-se fazer [da técnica]", pois "estão abertos à decisão humana, às seleções ou às ignorâncias dos que têm o poder de atuar e de decidir sobre os usos da revolução técnica" (CHARTIER, 2001, p. 158).

Neste artigo de aspecto ensaístico e preliminar, tem-se como objetivo geral refletir o pensamento de Roger Chartier sobre as práticas de leitura, conceituadas pelo estudioso como ações criadoras de significados, que acontecem a partir das apropriações realizadas por sujeitos leitores (CHARTIER, 1999). Mas essas práticas não acontecem por si mesmas. Além de contextualmente ordenadas, elas envolvem o contato do leitor com o objeto lido que, por possuir natureza simbólica e material, está a mediar informações complementares ao texto, codificadas pelo autor e pelo editor ao longo do processo de produção, como também pela sociedade em suas convenções e representações culturalmente formadas.

Diante disso, falar dessas práticas leitoras remeterá também às práticas da escrita, historicamente privilegiadas (CHARTIER, 2011). E a apropriação resultante de uma prática leitora envolverá sempre disputas de interesses situadas entre as motivações contextuais do sujeito leitor e os prescritos simbólicos configurados no objeto informacional, em sua materialidade significativa, que se comunica com as instâncias de ordem técnica e cultural. Essas premissas, sintetizadas nesta introdução, serão desenvolvidas e referenciadas nos tópicos a seguir, a partir da análise de alguns textos selecionados do pesquisador que tratam sobre os temas elencados, a saber: práticas leitoras, materialidade e apropriação da informação.

## **2 PRÁTICAS DE LEITURA COMO PRÁTICAS DE SENTIDO CULTURAL**

Orientado pelo método da *perspectiva de longa duração* aplicado ao estudo da cultura escrita, Chartier (2011, p. 77) traça "uma história das práticas de leitura" na finalidade de obter compreensão para o ato de ler. Essa tarefa, no entanto, revelou-se difícil de ser cumprida por

causa da escassez de fontes sobre como os sujeitos do passado liam e sobre como a leitura se relacionava com a vida social e cultural desses sujeitos. A solução encontrada pelo pesquisador para o problema se deu por meio da história do impresso que, notoriamente, possui maior quantidade e melhor qualidade documental em relação à da leitura. Assim, ao interpretar esses documentos, Chartier (2011) obteve pistas para compor o mosaico das práticas leitoras a partir da ideia de como os sujeitos interagiam com os objetos escritos, em diferentes períodos e locais, permitindo revisar algumas conclusões equivocadas, relacionadas ao universo dessas práticas.

Por exemplo, de acordo com o estudioso, o número de leitores potenciais do *antigo regime* – expressão que cobre os primeiros séculos após o desenvolvimento da prensa móvel por Gutenberg – era mensurado a partir da quantidade de assinaturas registradas em atas de casamento, que indicavam também a porcentagem de pessoas alfabetizadas daquele período. Esse número, apesar de legitimado por fontes oficiais, esconde variáveis sociais importantes no que diz respeito às desigualdades de classe e de gênero e ao significado de ser alfabetizado para os diferentes contextos. Em vista disso, Chartier (2011) confronta o dado genérico com o conteúdo de outros registros, tais como as anotações presentes em diários autobiográficos ingleses do século XVII, que indicam que as crianças costumavam aprender a ler no seio doméstico e que as mais pobres, antes de aprenderem a escrever formalmente nas escolas, submetiam-se a trabalhos forçados que prejudicavam o curso da alfabetização delas. Além disso, a alfabetização feminina nesse *antigo regime* se restringia ao aprendizado da leitura, interpretada como sendo uma atividade dócil, ao contrário da escrita, destinada aos homens.

Assim, ao questionar uma informação abstrata e oficialmente privilegiada, Chartier (2011) revela as nuances sociais e culturais com que as práticas leitoras estão historicamente envolvidas, relacionando-as às interferências de diversos contextos, cujos mecanismos ordenadores estão a lhes imputar sentido e a condicionar, produzindo discrepâncias, exclusões e preconceitos. Como algo participante das dinâmicas sociais, a leitura é fecunda quanto às suas muitas manifestações, podendo ser interpretada como um fator de alfabetização (quando esse se restringe ao ato de ler ou de como ler ou ao quem lê) ou ainda como um padrão de sociabilidade representado pelas maneiras de ler, como a leitura silenciosa, genericamente tida como intimista e praticada por um leitor “solitário”, que tende a divergir da leitura oralizada, caracterizada como sendo pública, expansiva e doutrinária.

Ainda sobre as maneiras de ler, Chartier (2011) reflete as diferenças entre a leitura intensiva e a extensiva, cuja classificação depende da prática relacional com o livro. A primeira

se define com base no livro interpretado pelo leitor como um objeto sagrado ou dotado de verdade, de poder e de autoridade, pois a leitura praticada acontece como uma experiência devocional semelhante ao que se dá na leitura dos textos bíblicos. Essa leitura intensiva estava presente, predominantemente, na época em que não havia variedade de obras produzidas ou o acesso a elas era restrito, como ocorre em alguns regimes político-religiosos. Com o paulatino aumento do volume e da variedade das publicações, e a mudança de cenário da Igreja para o Estado, a leitura passou a se manifestar de maneira extensiva, isto é, superficial e menos cerimoniosa em relação ao objeto impresso, que também se popularizara. Como isso, as práticas leitoras deixaram, pouco a pouco, o estilo memorialístico e tradicional da recitação oral intensiva para assumirem o modo efêmero, dinâmico e individualista da modernidade.

Mas mesmo silenciosa e individualizada, a leitura ainda responde a uma rede de significações sociais complexa, que a impede de ser tomada como prática isolada, autônoma e autossuficiente. Nas artes plásticas, conforme Chartier (2011) relata, era comum essa leitura intimista ser retratada junto a imagens femininas delicadas, românticas, emulando leituras em espaços domésticos, seguindo as ordenações sociais dessa fase. Já nas figuras masculinas, o livro era ilustrado como signo de prestígio social, por vezes em grande formato e ainda reservado ao foro íntimo – neste caso, ao espaço de um gabinete ou de uma biblioteca particular. Por outro lado, a leitura oralizada era frequentemente representada e praticada em ambientes coletivos, familiares, nos cenários rurais, estando ligada ao ensino religioso e aos valores do patriarcado.

A essa iconografia das práticas leitoras, Chartier (1999) acrescenta informação. Segundo o estudioso, retratos posteriores ao século XVIII trazem sujeitos lendo em contato com a natureza, andando ou deitados, comportamentos tidos como livres e diversificados em relação às representações antigas, comumente centradas na esfera doméstica. No século XX, o aspecto dinâmico da leitura extensiva ganhou ainda mais expressão com o aprimoramento da indústria gráfica e do audiovisual, além do advento posterior do digital – um sintoma da lógica progressista e do ritmo urbano cada vez acelerado, a afetar também a leitura e as suas representações imagéticas. Ora, tudo isso serve para demonstrar que as práticas leitoras estão permeadas por ordenações de sentido cultural, podendo ser compreendidas, conforme a tese de Elias (1996), citada por Chartier (1999), como participantes de um processo social regulatório, que normatiza comportamentos em prol de um projeto de vida, ou ainda, de um padrão cultural semelhante ao que Geertz (2015) conceitua como *teias de significação*, que imprimem marcas nas práticas humanas, todas elas, incluindo as de leitura.

De acordo com Chartier (1999, p. 91-92): “Cada leitor, para cada uma de suas leituras, em cada circunstância, é singular. Mas esta singularidade é ela própria atravessada por aquilo que faz que este leitor seja semelhante a todos aqueles que pertencem à mesma comunidade”. Isso significa que, para além da subjetividade, a leitura envolve intersubjetividade, troca de experiências e de sentidos no âmbito de uma coletividade. Pois as práticas leitoras caminham em consonância com as dinâmicas dos tempos e dos lugares, trate-se de um regime religioso ou de um laico, antigo ou contemporâneo, analógico ou digital, fazendo com que o ato de ler não seja, exclusivamente, uma produção individual, mas algo socialmente convencional e, por assim ser, uma manifestação de significados da ordem da cultura. Assim, por operar de maneira culturalmente dialógica, as práticas leitoras estão imbuídas de representações “plurais e móveis” (CHARTIER, 2011, p. 78), conforme variam os contextos em que o leitor está inserido.

E tendo em vista que o leitor participa de um contexto definido por Chartier (2001) como *comunidade de interpretação*, é essa comunidade que lhe fornece o “modelo cultural” (CHARTIER, 2001, p. 22) necessário para que ele, sujeito histórico e socialmente localizado, produza sentidos à e pela sua leitura. Trata-se de uma espécie de *horizonte de expectativas* de que trata a *estética da recepção* (JAUSS, 2002) – teoria literária responsável por formular a noção contemporânea de leitura, atribuindo ao leitor o papel de interagir com o texto e de criar sentidos a partir dele –, condicionando as significações não apenas às intenções de um autor, mas também à realidade de vida do leitor, em suas idiossincrasias. Portanto, como continua Chartier (2001, p. 24): “A leitura é um veículo que impõe uma autoridade. O texto transmite em sua leitura [...] uma ordem, uma disciplina, uma forma de coação”, justamente por se tratar de algo culturalmente definido, que envolve partilha de códigos de sentido e de controle, preservando e conformando práticas, mas havendo também espaço para atualizações, pois a cultura é, ela própria, mutável: não apenas dita sentidos, mas permite haver significações novas, expressas pelas práticas leitoras enquanto *apropriação*, como será visto mais à frente.

### 3 EFEITOS DA MATERIALIDADE NA LEITURA

Ao analisar a história e a cultura das práticas leitoras a partir da história e da cultura dos registros, Chartier (2011) abre precedente para se pensar sobre a materialidade dos escritos, algo que ele mesmo atribui como importante para a definição das práticas de leitura e para as ações de apropriação. Trata-se de compreender que os textos são objetos materiais, dotados de uma substância ou de um corpo não necessariamente físico, como no caso dos

livros eletrônicos, mas social e culturalmente designado e que está a interagir com o leitor e a interferir em sua leitura. Essa materialidade significativa tem a ver com o modo pelo qual o objeto como o livro, o jornal ou qualquer outro dispositivo de uso para a leitura foi configurado e se apresenta esteticamente por meio das características editoriais (formato, estilo tipográfico, uso de cores etc.), interpretadas como sendo informações de natureza simbólica, culturalmente ordenadas, tais como são as práticas leitoras.

De acordo com Chartier (2001), historicamente, a noção de materialidade de uma obra se aproxima da *performance* comunicacional do orador, em que os seus gestos não são articulados à toa, mas reforçam o conteúdo da fala, porque são artifícios culturais. Do mesmo modo operam os simbolismos gráficos, codificados na matéria textual: eles estão a mediar informações para além do texto verbal, cuja artimanha e os efeitos são igualmente culturais. Diante disso, pode-se dizer que o processo que configura sentidos na e pela materialidade não está circunscrito à esfera tecnicista da produção, mas às múltiplas interações e intencionalidades dos sujeitos que participam dessa produção e que a configuram, editando a matéria a partir de perspectivas, sobretudo, sociais e culturais. Esse processo afeta o leitor, porque visa criar uma *leitura implícita* (CHARTIER, 2011), quer dizer, uma leitura desejada pelo editor, projetada ao longo do processo de produção da obra, através da inscrição dos signos do ofício editorial, isto é, da sua arte, mas também do seu entorno cultural.

A diferenciação entre as maneiras concomitantes e majoritárias de grafar no passado, ou seja, a escrita romana (formada por caracteres serifados, comuns nos impressos) e a manuscrita (com letras escritas a punho), conduziram a “competências léxicas” (CHARTIER, 2011, p. 85) específicas, que competiam entre si a depender do contexto. Sobre isso, convém recuperar novamente o que Elias (1996) defende sobre o processo civilizador do Ocidente, que mobilizou, no período do *antigo regime*, a produção e a circulação de manuais que instruíam o comportamento social das elites. Esses manuais eram “impressos até fins do século XVIII nessa família de caracteres tipográficos [batizados como] *civilité*” (ELIAS, 1996, p. 68), cujos atributos técnicos e estéticos remetiam aos tipos romanos descritos por Chartier (2011). Essa informação ilustra quão densa é a relação entre a materialidade do texto e a leitura, sendo capaz de produzir interpretações leitoras, como a noção de civilidade.

Nos textos manuscritos, segue-se, então, a estratégia do autor em codificar as “convenções [...] que permitirão a sua sinalização, classificação e compreensão [...] garantindo a boa leitura” (CHARTIER, 2011, p. 96-97). E nos livros e demais objetos editoriais, atua o

gráfico ou o editor, cujas soluções estéticas e imagéticas interferem no manuscrito original, produzindo efeitos para além dos pretendidos pelo autor em sua escrita. Esses efeitos estão relacionados às competências da leitura objetivada pelo editor (*a leitura implícita*), que diverge das competências do *leitor implícito* preconizado pelos teóricos da *estética da recepção*. Pois a *leitura implícita*, categoria de Chartier (2011), acontece conformada pelos simbolismos gráficos presentes na arte da composição tipográfica, enquanto o *leitor implícito* se apresenta como uma expectativa construída pelo autor no ato da composição textual.

Nesse sentido, Chartier (2011) consegue alargar os pressupostos clássicos da teoria da recepção, reconhecendo o aspecto material da obra como instância mediadora do encontro do leitor com o texto, assim como os simbolismos não restritos à decodificação linguística. Nas palavras de Chartier (2011, p. 100): “Os dispositivos tipográficos têm, portanto, tanta importância, ou até mais, do que os ‘sinais’ textuais, pois são eles que dão suportes móveis às possíveis atualizações do texto”. Ao se preocupar, pois, com o aspecto antropológico da linguagem inscrita pelos signos tipográficos e editoriais, o *horizonte de expectativas* dos leitores também se esgarça, na medida em que a abordagem transcende os aspectos subjetivos ou psicológicos da interação e da interpretação, para integrar tramas culturais mais densas (antropológicas, sociológicas, históricas e filosóficas) que geram, por sua vez, novos sentidos que são as outras formas de interação e de apropriação da informação mediada.

Para Chartier (1999), o impresso, especialmente o livro, em sua materialidade significativa, possui uma *dimensão aurática* (perspectiva benjaminiana), cujo simbolismo advém das convenções de culto historicamente construídas em torno da obra reveladora de verdade e de conhecimento. Essa relação tem sofrido desgastes ao longo do tempo, a partir da progressiva sofisticação e descaracterização técnica e do desenvolvimento da cultura massiva, cuja orientação industrial (seriada) e capitalista (acumuladora de bens) transformou os objetos e as práticas humanas em mercadorias, imprimindo nelas uma relação consumista (*fetichê*), antes pautada pela tradição artesanal e pelo sentido de unicidade de uma obra artística (BENJAMIN, 2012). Entretanto, o que desabonou o antigo valor de culto desses objetos, permitiu o seu compartilhar – do objeto e das informações culturais mediadas por ele – ampliando usos e possibilidades leitoras nas diferentes atribuições de sentido.

De fato, Chartier (2001) vai reforçar o pensamento em torno dessa materialidade *aurática* ou significativa. O livro é apresentado pelo pesquisador como um objeto de valor, pois opera efeitos na sociedade e recebe, dos contextos em que circula, simbolismos de poder.

Ele também é refletido como um dispositivo impregnado de índices culturais que, quando interpretados, revelam as suas próprias histórias e geram os seus próprios condicionamentos. Isso permite o livro, como materialidade, renascer, mostrando que não se trata de um objeto homogêneo, neutro e estático. É pelas interferências interpretativas do leitor que o livro, instância material e simbólica, atualiza-se. Nessa dinâmica, os modos de ler também operam sentidos e não apenas recebem os efeitos ou os condicionamentos prescritos por autores e editores, fenômeno possibilitado pela experiência comunitária que a leitura envolve. Isso diz respeito aos jogos de apropriação do sujeito leitor, em seus movimentos culturais de posse e de negociação de sentidos, maneira pela qual textos e materialidades são atualizados.

Como mencionado, a materialidade também está presente no meio digital, apesar da não predominância da fisicalidade nos suportes. Mas a materialidade digital atende por outra lógica, diferente da produzida pelo manuscrito e pelo impresso; e assim como as tecnologias do passado atualizaram a cultura escrita, esse novo dispositivo tem interferido sobre as práticas de autoria, de edição e de leitura. Segundo Chartier (2002, p. 105-106), com o advento da “civilização da tela, do triunfo das imagens e da comunicação eletrônica [...] a antiga oposição entre, de um lado, o livro, a escrita, a leitura, e, de outro, a tela e a imagem é substituída por uma nova situação que propõe um novo tipo de suporte para a cultura escrita e uma nova forma para o livro [...]”, um suporte definido pela linguagem dos computadores.

Essa “textualidade eletrônica” (CHARTIER, 2002, p. 107), que coexiste não pacificamente com as revoluções passadas (a do manuscrito e a do impresso), tem a capacidade de fundir as citadas práticas, na medida em que, no mesmo dispositivo, o sujeito vivencia os diferentes papéis da escrita, da edição e da leitura. E ao transgredir a fronteira dessas identidades clássicas, as textualidades digitais formam construtos que, apesar de fragmentados e transitórios, estabelecem uma nova ordenação cultural pautada pela “extinção dos critérios antigos que permitiam distinguir, classificar e hierarquizar os discursos” (CHARTIER, 2002, p. 109). Com isso, a nova tecnologia quebra as barreiras da linguagem, tornando “os textos móveis, maleáveis, abertos” (CHARTIER, 2002, p. 110), o que enfraquece tabus autorais e editoriais. Por fim, ela atualiza e empodera as práticas leitoras, que passarão a ter “o domínio da composição, o recorte e a própria aparência das unidades textuais que ele [o sujeito] deseja ler” (CHARTIER, 2002, p. 114), permitindo interferências sobre os textos, não apenas na instância da significação, mas na configuração dos códigos dessa materialidade eletrônica – uma ação que requer competências próprias.

#### 4 APROPRIAÇÃO COMO UMA OPERAÇÃO DE FORÇA

Ao abrir o capítulo de Chartier (1999), *O leitor entre limitações e liberdade*, Jean Lebrun, na função de interlocutor, diz algo com que o pesquisador concorda: “A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados”, uma ação de ordem subversiva e libertária, mas “cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura” (CHARTIER, 1999, p. 77, destaques nossos). Na mesma linha compreensiva, ao refletir sobre o conceito de literatura popular como resultado de uma ordem elitista e discriminatória, o pesquisador informa que o que deve pesar na definição de uma cultura popular é a apropriação de seus representantes, ou seja, a “maneira [dos sujeitos] de utilizar os objetos ou as normas que circulam em toda a sociedade” (CHARTIER, 2003, p. 152), transgredindo a lógica do dominante.

Essa apropriação, ainda nas palavras de Chartier (2003, p. 152-153), “visa a uma história social dos usos e das interpretações”, sempre atenta “às condições e aos processos que, muito concretamente, fundamentam as operações de produção de sentido”, mostrando-se contrária aos “pensamentos universalistas”, isto é, socialmente reducionistas e historicamente anacrônicos. A apropriação é, de acordo com o estudioso, uma ação de natureza forte, emancipatória, consciente e crítica, que afeta não apenas o indivíduo que a realiza, mas o seu entorno. Ela se traduz pelas tensões sociais e culturais existentes entre “os mecanismos da dominação simbólica”, que buscam subjugar o outro, deslegitimá-lo, e a ação configurada pelos múltiplos “empregos, usos, maneiras de fazer seu o que é imposto” (CHARTIER, 2003, p. 153), indicando que a apropriação dialoga com o plural.

No âmbito das práticas leitoras entendidas como práticas culturais, essa concepção aguerrida do termo “apropriação” encontra grande aderência, pois permite que o ato de ler se distancie do sentido da passividade ou da “obediência”, como reflete Certeau (2014), para se mostrar insubmissa pela ação muitas vezes discreta (por estar intensamente vigiada) da qual o leitor se utiliza para manipular a semântica do texto e, nela e por ela, atribuir os seus próprios significados. Nessa relação, a leitura, prática social heterogênea, não se desvincula do contexto do leitor, isto é, das suas *comunidades interpretantes* (CHARTIER, 2001; CHARTIER, 2003), mas assume performances que indiciam as ordenações dos períodos e das culturas, intencionalidades que condicionam diferentes maneiras de ler, tais como visto: a leitura silenciosa, a oralizada, a dinâmica e a intensiva.

Mas a apropriação não se limita à semântica verbal, pois os simbolismos mediados pela materialidade das obras também são afetados pela recepção inventiva do leitor. Conforme Chartier (2003; 2011), a *Bibliothèque bleue*, coletânea de obras francesas surgidas no século XVII, esteticamente produzidas para servirem ao pitoresco rural e à ficção cômica, eram apropriadas de maneira diversificada, o que incluía leituras do tipo devocional, de entretenimento e utilitária. Ou seja, esses livros tinham um direcionamento editorial específico, porém não respeitado pelas contrastantes e diversas maneiras de ler de seu numeroso público. Textos que, em suas épocas, eram rotulados como literaturas “carnavalescas” e “burlescas”, tornaram-se, depois, referências para o entendimento de realidades sociais específicas e complexas, como acrescenta Chartier (2003).

A relação historicamente acirrada entre o manuscrito e o impresso, e entre o público e o privado, também pode ser interpretada como uma ação de apropriação do leitor. Chartier (2002) cita, por exemplo, a presença das anotações escritas à mão nas lacunas e nas margens das páginas impressas, um gesto de natureza transgressora, devido não apenas à possibilidade de o livro rasurado não pertencer ao leitor, como acontece no acervo das bibliotecas, mas à própria *ordem do livro*, ou seja, ao sentido de autoridade culturalmente presente na materialidade impressa. Esse ato reúne práticas simultâneas de leitura e de apropriação pela escrita, que confrontam o *poder do livro* e os *paradigmas da leitura* (CHARTIER, 2001), explicitando, pela mão do leitor, o seu pensamento e a sua interação com a obra.

Para Chartier (2001), a apropriação envolve um movimento semelhante ao da aculturação ambientada ao discurso e ao universo do texto e da leitura. Conforme o pesquisador, a aculturação envolve não somente a destruição da cultura do dominado pelo dominante, mas a dialética com a qual o dominante terá de lidar na negociação simbólica com o que restou do dominado. Assim, para além da violência imposta pelo dominante, essa perspectiva prevê uma reciprocidade: a investida do dominado sobre a cultura do dominante, que “não significa igualdade, mas que o vencedor deve aceitar e negociar com o que sobrevive” (CHARTIER, 2001, p. 115), numa relação caracterizada por sua própria força.

Traduzindo essa lógica para a apropriação no contexto das práticas leitoras, Chartier (2001) considera as relações de poder presentes na cultura escrita, em que o leitor toma posse do conteúdo do autor quando infere ou atribui sentidos não autorizados ao que lê. Assim, ele atualiza ou ressignifica a obra, seja no campo hermenêutico, seja materialmente sobre ela, escrevendo na página impressa ou processando sequências de *bytes* nos dispositivos

eletrônicos. Como o processo de apropriação é desigual, pois acontece em meio às diferenciações sociais e culturais do autor, do leitor, além do editor, via mediação do texto, essa apropriação não acontece apenas como uma mera oferta de liberdade leitora, mas como um conflito de interesses, que negociam os despojos de um confronto simbólico representado pela leitura. Trata-se, assim, de uma forma de aculturação, pois tanto a cultura do leitor, como a do autor e a do editor, codificados na obra, sofrerão interferências, passarão por mudanças, ainda que de natureza desigual. Portanto, a leitura compreendida como elaboração inventiva está impregnada desse confronto de forças, tal como o estudioso a define.

Finalmente, na visão de Chartier (2001, p. 116, destaque nosso), “apropriação é, na ordem do discurso, a *vontade* por parte de uma comunidade, qualquer que seja a sua natureza, de estabelecer um monopólio sobre a formação e circulação de discursos”. Diante disso, excluir a noção de poder das relações de apropriação é como reforçar a perspectiva do dominante, no caso, a *vontade* do autor e do editor em produzir uma literatura livre das interferências significantes das práticas leitoras (uma leitura rigorosamente *implícita*). Se isso fosse possível, seria a configuração de uma mediação uníssona, exclusiva à ordem imposta pelo dispositivo informacional e expressa na ideia de uma textualidade idealizada, inequívoca, higienizada das *corrupções* do leitor. Restituído o sentido dialético da apropriação, a leitura vira, de fato, criação, uma astúcia, no dizer de Certeau (2014, p. 48), capaz de tornar “o texto habitável, à maneira de um apartamento alugado”, em que o leitor opera em meio a uma liberdade interventora improvável, isto é, uma tomada de posse, porém limitada.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRIBUIÇÕES DE CHARTIER PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Os conceitos trabalhados por Roger Chartier, e a forma metodológica como são trabalhados, prezando pelas relações dialéticas e contextuais dos fenômenos investigados, muito tem a contribuir com o campo da Ciência da Informação, pois a área possui dentre os seus pressupostos o de se fortalecer pelo âmbito das perspectivas epistemológicas trans e interdisciplinares, históricas, sociais e culturais dos processos humanos mantidos com os objetos informacionais. A ideia de informação simbólica ou mediada, de práticas informacionais, de competência crítica, de representação, de leitura e de apropriação, dentre outras temáticas contemporâneas do referido campo, encontram consonância com os objetivos desse pesquisador que, apesar de originalmente partir de uma visão europeia sobre

a cultura escrita, tem buscado se atualizar e conhecer a diversidade com que as práticas, notadamente as de leitura, têm acontecido em diferentes realidades, inclusive a brasileira.

Uma qualidade que Roger Chartier demonstra ter em seus estudos é a de procurar não excluir a complexidade com que os fenômenos estudados acontecem, nem ignorar a transição dos tempos e dos lugares históricos e culturais, nem os seus efeitos, em prol de soluções simplificadas e de abstrações. Isso se percebe pela constante renovação que sofrem o seu método de abordagem e os seus objetos de pesquisa. Assim, o que, aparentemente, apresenta-se como uma repetição, às vezes confusa, de ideias publicadas em diferentes obras, revela-se ao leitor mais atento como um estudo denso, continuado, a prosseguir conforme a dinâmica com que o mundo e as relações investigadas se atualizam. Suas referências teóricas são amplas, contemplam diferentes campos do conhecimento, o que lhe permite um diálogo e um caminhar com desenvoltura e criticidade ao longo das temáticas desenvolvidas.

Para a Ciência da Informação, ante o que foi contemplado neste artigo, é possível ressaltar os aspectos antropológico e sociológico com que a informação pode ser apreendida. A noção de práticas de leitura como práticas de sentido cultural, que recebem ordenações dos contextos de produção (no tocante à materialidade formulada pela vontade do autor e do editor – sujeitos sociais, como o leitor também é) e de leitura (nas chamadas *comunidades de interpretação*) é dialogicamente densa, pois ao mesmo tempo em que essas práticas são afetadas pelos contextos, elas também estão a afetá-los por meio das ações de apropriação, que os reconfiguram e os reorientam. Ora, se não estão aqui representados os conceitos de mediação da informação e de mediação cultural, quando, em relação ao primeiro, o *usuário* (utilizando-se do termo da área) atribui significados ao conteúdo bibliográfico a que tem acesso, apropriando-se dele em uma dialética estabelecida entre a sua motivação de uso e a intencionalidade do *mediador* (no caso, do profissional da informação), ambas socialmente localizadas. Da mesma forma, na instância da mediação cultural, o objeto informacional se revela dinâmico, profundamente interagente com uma *teia de significações* advinda dos diferentes meios em que é produzido, circula e é consumido, cujas interpretações seguem as convenções sociais e culturais compartilhadas com o sujeito interpretante.

Assim, nas limitações de suporte em que este trabalho foi produzido, percebe-se, ainda que preliminarmente, o quanto a proposta de Roger Chartier tem a contribuir não apenas com os aspectos históricos tradicionalmente considerados pelo campo da Ciência da Informação e pelas suas subáreas, quando, por exemplo, esses se debruçam sobre a historicidade dos

objetos, das técnicas e dos centros de informação. Mas, como anunciado, no tocante aos estudos contemporâneos do campo, conduzidos por perspectivas críticas, sociais e culturais da informação, Roger Chartier, pesquisador centrado nesses vieses, e a Ciência da Informação possuem potencial de construção de um diálogo profícuo e denso.

## REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. *In*: BENJAMIN, W.; SCHÖTTKER, D.; BUCK-MORSS, S.; HANSEN, M. **Benjamin e a obra de arte: técnica, imagem, percepção**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 09-40.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1999.
- CHARTIER, R. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: UNESP, 2014.
- CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier [...]**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- CHARTIER, R. Do livro à leitura. *In*: CHARTIER, R. (org.). **Práticas da leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 77-105.
- CHARTIER, R. **Formas e sentido cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas: Mercado de Letras; ALB, 2003.
- CHARTIER, R. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002.
- DARNTON, R. O que é a história dos livros? *In*: DARNTON, R. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 109-131.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- JAUSS, H. R. O texto poético na mudança do horizonte de leitura. *In*: LIMA, L. C. (org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LÖWY, M. Uma leitura das teses “sobre o conceito de história”. *In*: LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “sobre o conceito de história”**. Boitempo: São Paulo, 2005. p. 33-146.